

A GRAMMÁTICA DA LINGUAGEM PORTUGUESA DE 1536: FERNÃO DE OLIVEIRA, AS NORMAS DA LÍNGUA PORTUGUESA E A CULTURA QUINHENTISTA

Adriana Duarte Bonini MARIGUELA¹

RESUMO: Nesse trabalho intitulado *A Grammatica da Linguagem Portuguesa de 1536: Fernão de Oliveira, as normas da língua portuguesa e a cultura quinhentista*, utilizo a Gramática de Fernão de Oliveira, publicada em Lisboa em 1536, como um documento histórico e cultural. O trabalho centraliza-se na análise da construção das normas da língua portuguesa na *Gramática*: para além da estrutura formal, investigo as questões culturais e históricas que levaram à formalização da obra. Para estabelecer essa relação, optei por dois recortes: os descobrimentos e o movimento da impressão em Portugal no início do século XVI. Nesse trabalho, sustento que a identidade nacional estava associada ao desenvolvimento da arte da navegação, da arte da imprimeira e da arte da gramática. A produção de conhecimento no século XVI e o alargamento da visão de homem e de mundo são analisados a partir da *episteme* da semelhança e para tanto, utilizo como referência o texto *As Palavras e as Coisas* de Michel Foucault. Assim, partindo do princípio foucaultiano de que no século XVI, conhecer era estabelecer semelhanças analiso a experiência do homem português quinhentista, indicando que através do uso da língua materna, cultura, educação e gramática se entrelaçam nas vivências do português renascentista e que Fernão de Oliveira fez-se um educador à medida que através das diferenças anotou, analisou, desenvolveu e vivenciou a identidade.

PALAVRAS-CHAVE: Fernão de Oliveira; Gramática da Língua Portuguesa; *Achamentos*; *Imprimeira*; *Episteme* da Semelhança.

Á Guisa de Introdução

A Gramática de Fernão de Oliveira (1507-1582), publicada em Lisboa em 1536, pode ser lida como um documento histórico e cultural, pois para além da estrutura formal, as questões culturais e históricas fazem-se presentes na formalização da obra.

¹ * Doutoranda na Faculdade de Educação da UNICAMP e Professora do Curso e da Área Filosofia na Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, R.Edu Chaves nº1410, 13416-020, Piracicaba, SP, Brasil, adriana.mariguella@gmail.com; ardmarig@unimep.br .

Na sociedade portuguesa do século XVI, o ensino gramatical da língua materna começou a encontrar lugar e a fazer sentido. Nesse momento histórico se iniciou a reflexão sobre a diferenciação das línguas e as línguas vernáculas - línguas selecionadas e de boa qualidade e correção, utilizadas por letrados - foram pensadas em relação à cultura do povo em questão: “as línguas vernáculas cobravam seu lugar na instrução gramatical em todo o Ocidente” (WEEDWOOD, 2002, p. 62) e “no caso da história passada da língua portuguesa, só a partir do século XVI, viemos a dispor de estudos *sobre a língua*” (MATTOS e SILVA, 2002a, p.46).

Nesse período, em Portugal, o latim, de língua de ensino, passa paulatinamente a assumir o *locus* de objeto de estudo concebido então como um instrumento utilizado em prol do português, passando a ser um ponto de referência para construção e articulação do uso da língua própria, a materna, a portuguesa: “inicia-se, aos poucos, a laicização da cultura letrada, sem desprestígio da cultura latina, mas, aos poucos, o português começa a ser língua de ensino, alargando o âmbito dos receptores da documentação escrita em vernáculo” (MATTOS e SILVA, 2002b, p.33).

As reflexões gramaticais evocavam o modelo latino para evidenciar as diferenças rompendo assim com a hegemonia, ou seja, a estruturação das normas portuguesas foi demarcada pela comparação às normas latinas requisitando caracteres e referências por vezes diferentes no que diz respeito estrutura, função, distribuição de ícones e por ora, semelhantes no que diz respeito aos empréstimos e à vivência. A utilização da língua latina, no século XVI, e seu cotejo com a língua portuguesa encontravam-se associada ao *corpus* da semelhança.

A episteme da semelhança

A comparação como referência e o *corpus* da semelhança era um instrumento para pensar e provar o novo, o descoberto. A necessidade de produzir e principalmente de interpretar as coisas vistas e os conhecimentos não foi exclusiva do povo português, pois cada cultura ocidental criou seu “sistema de interpretação, suas técnicas, seus métodos, suas maneiras próprias de supor que há linguagem para além da própria linguagem” (FOUCAULT, 2000, p.40). No século XVI, conhecer era estabelecer a semelhança entre as coisas: o homem era pensado como representante do mundo na consciência e a expressão só era possível mediante a semelhança que as coisas tinham umas com as outras:

lá onde as coisas se assemelhavam, lá onde isso se parecia, alguma coisa queria ser dita e podia ser decifrada; sabe-se bem o importante papel que desempenharam na cosmologia, na botânica, na zoologia, na filosofia do século XVI, a semelhança e todas as noções que giram em torno dela como satélites (FOUCAULT, 1992, p.41).

Um símbolo refletia o outro, a palavra remetia à coisa e a semelhança era o solo, o instrumento para remeter um símbolo a outro. Logo, os símbolos dispunham-se homogêneos e integrados e a palavra simbolizava a coisa, estava no lugar da coisa. Essa hermenêutica só era possível porque o próprio espaço era considerado homogêneo e seus elementos integrados: um elemento, um objeto, uma coisa, um tema e uma palavra remetiam sempre a alguma outra coisa. O conhecimento se constituía na rede comparativa, o modo de pensar o novo estava sempre associado a uma referência.

O poder envolvente da semelhança é, portanto, responsável pela primeira aderência da linguagem com a naturalidade do mundo. O que se quer é, pela linguagem, propiciar ondas circulares de semelhanças para e entre as coisas. Ao final, constitui-se uma realidade marcada pela relação de similitude entre as palavras e as coisas, cujo domínio articulatório notadamente condiciona a realidade no enlace similar. Ou seja, sobre o espaço epistêmico único, e com insistência, circular do Renascimento, é que se faz emergir e entrelaçar-se tanto a experiência da linguagem quanto, pelo mesmo impulso, as coisas do mundo (ARTHUR, 2007, p38).

A decifração do mundo, a correspondência entre a palavra e o mundo e a elaboração dos conhecimentos assentavam-se na *episteme* da semelhança e as diversidades temáticas faziam elo entre si: vários estudos apareceram no século XVI e o desenvolvimento dos saberes estava acompanhado pela vizinhança. As semelhanças compareciam tanto nos diversos campos teóricos como no prático na medida em que o mundo renascentista se desenha na circularidade das similitudes e sua linguagem associava-se ao próprio mundo.

No tocante às diversas experiências vividas pelos homens portugueses quinhentistas a partir do valor do *humanus*, das novas aventuras e dos encontros consolidados entre o clássico e o moderno e entre gentes e terras propiciaram uma diversidade temática vivenciada teórica e praticamente.

Através da observação, as semelhanças emergiam e se transformavam em meios de construir a identidade e nesse sentido, apontavam as diferenças. Pelo *corpus* da semelhança e pelos descobrimentos e contatos, o português se nomeia e se pensa a partir do outro: inicia-se uma afirmação do modo de ser português referendado no que ele tem de semelhante e diferente do outro.

Até o fim do século XVI, a semelhança desempenhou um papel construtor no saber da cultura ocidental. Foi ela que, em grande parte, conduziu a exegese e a interpretação dos textos: foi ela que organizou o jogo dos símbolos, permitiu o conhecimento das coisas visíveis e invisíveis, guiou a arte de representá-las. O mundo enrolava-se sobre si mesmo: a terra repetindo o céu, os rostos mirando-se nas estrelas e a erva envolvendo nas suas hastes os segredos que serviam ao homem. A pintura imitava o espaço. E a representação – fosse ela festa ou saber – se dava como repetição: teatro da vida ou espelho do mundo, tal era o título de toda linguagem, sua maneira de anunciar-se e de formular seu direito de falar (FOUCAULT, 1992, p.33).

A análise de Michel Foucault aponta que o *corpus* da semelhança encontrava-se sistematizada em pelo menos quatro formas ou noções: a *convenientia*, a *aemulatio*, a *analogia*, a *sympatheia*.

Através da *convenientia* as diferentes coisas, os diferentes seres se aglutinam, se ajustam por conveniência, havendo uma concórdia e assim, “pelo encadeamento da semelhança e do espaço, pela força dessa conveniência que avizinha o semelhante e assimila os próximos, o mundo constitui cadeia consigo mesmo” (FOUCAULT, 1992, p.35). Essa aglutinação e encadeamento dos espaços semelhantes são em Portugal presentificados na ação dos descobrimentos que trazem a possibilidade de fazer elo entre os espaços e gentes. A noção de *aemulatio* definiu-se pelo esforço contínuo em igualar uma figura à outra, no movimento mesmo de distanciamento, pois se constitui por uma semelhança sem contato. A *analogia*, terceira forma de semelhança, é composta pelas duas formas anteriores de similitude e tem a reversibilidade e polivalência como característica o que “conferem a analogia um campo universal de aplicação” (FOUCAULT, 1992, p.38) e através dela, todos os pólos do mundo se aproximam, pois o ponto central de aproximação é o homem.

O espaço das analogias é, no fundo, um espaço de irradiação. Por todos os lados, o homem é por ele envolvido; mas esse mesmo homem, inversamente, transmite as semelhanças que recebe do mundo. Ele é o grande fulcro das proporções – o centro aonde as relações vêm se apoiar e donde são novamente refletidas” (FOUCAULT, 1992, p.39).

E por fim, a quarta forma de similitude diz respeito às *simpatias*, princípio de mobilidade, de deslocamento e de transformação. Essa característica de metamorfose e acomodação à transformação torna-se um perigo ao *jogo de simpatias*, pois se corre o risco de homogeneizar as coisas e figuras. Logo, tem-se o seu contrário, a antipatia que através do isolamento barra a assimilação e homogeneização. É nesse jogo entre simpatia-antipatia que todas as outras formas de similitude se movimentam e representam o mundo. “*Convenientia, aemulatio, analogia e simpatia* nos dizem de que modo o mundo deve se dobrar sobre si mesmo, se duplicar, se refletir ou se encadear para que as coisas possam assemelhar-se” (FOUCAULT, 1992, p.42).

Como figuras de entendimento, essas noções inscrevem as diversas formas de semelhança, onde os conhecimentos se produziam. Os caracteres são ao mesmo tempo reveladores e enigmáticos: há na linguagem, assim como no saber, o visível e o escondido,

e por isso, se duvida, que, no saber do século XVI, a semelhança é o que há de mais universal; ao mesmo tempo aquilo que há de mais visível, mas que deve entretanto, buscar descobrir por ser o mais escondido; o que determina a forma do conhecimento (pois só se conhece seguindo os caminhos da similitude) e o que lhe garante riqueza de conteúdo (pois, desde que soergamos os signos e olhemos o que eles indicam, deixamos vir às claras e cintilar na sua própria luz a Própria semelhança) (FOUCAULT, 1992, p. 221).

Significar as coisas era desvelar as semelhanças que marcavam o espaço, a ligação, o vínculo e a coerência entre o homem e o mundo: “a semelhança é causa do amor e mais em as línguas” (OLIVEIRA, 1975[1536], p.45). Assim, a observação e o conhecimento se norteavam pela busca do semelhante e contos, registros e letras constituíam o conhecimento associado aos mares e à identidade do povo português: o *humanus*, o vivido e o encontrado se entrelaçavam na gênese da produção do conhecimento.

Os achamentos, a *imprimissão* e a(s) língua(s)

O conhecimento produzido e descoberto pelos portugueses, no século XVI, foi fruto da interpretação realizada pelos homens de letras e pelos homens do mar. Os momentos de esplendor e o sentimento pátrio aflorado na organização e nos ensaios dos descobrimentos foram freqüentemente colocados em letras e absorvidos nas experiências e práticas cotidianas do povo português. As novas paisagens e as novas humanidades achadas demandaram a transmissão das vivências para além da oralidade,

não bastava mais somente narrar e contar aos pares, o que se estava vivendo ou se viveu, tornou-se necessário registrar.

Mediante aos projetos e as rotas marítimas foi preciso formalizar a oralidade na escrita. O homem comum aventureiro do mar utilizava uma linguagem oral: a necessidade de registrar as experiências e as coisas vistas para elaborarem o que viam e disseminar o conhecimento para outros viajantes e principalmente para o povo português marcou a inevitável formalização da língua. Os conhecimentos precisavam ser contados e principalmente registrados de maneira que propiciassem entendimento e interlocução. A formalização da língua, o pensar sobre as letras portuguesas se tornou imprescindível através da prática, sendo uma demanda da expansão marítima.

A partir do novo modo de viver e da elaboração das experiências por meio das semelhanças, o português gozou de um momento histórico constituído por uma fantástica gama de temas e impressões que circularam nos falares e nas letras escritas. Ao mesmo tempo em que o acesso a textos clássicos e suas releituras impulsionaram o desejo de conhecer e recontar o mundo de maneira própria, os descobrimentos incentivaram a circulação de textos, pois era necessário fazer correr ao povo português e ao Ocidente as aventuras lusíadas. O sentido da penetração do português, como povo e língua, “era orientado mais por um ideal espiritual e civilizador, do que por um ideal guerreiro, o que explica naturalmente a actividade precoce das oficinas portuguesas e o destino de muitas de suas impressões” (CORTEZ PINTO, 1948, p.97).

As experiências políticas e sociais foram fixadas, através dos *achamentos*, nas almas e na organização do Império Lusitano: os avanços e a disseminação da linguagem tiveram desdobramentos na identidade nacional e na história do povo. A partir das idéias renascentistas e dos valores as elas vinculadas, os descobrimentos foram à ação dos portugueses que alargou os campos teórico, técnico e científico, constituindo um

modo de vida. A arte de navegar e de interpretar encontrava-se, em Quinhentos, imbricada ao movimento de impressão em Portugal: a *arte da imprimissão*, tal como era nomeada a imprensa, esteve a serviço dos descobrimentos.

Os laços entre as línguas conjugavam a ligação própria do Mundo Europeu: os portugueses, tal como outros povos da Europa, se ativeram para a história da língua, suas derivações, empréstimos e particularidades, pois conhecer e reconhecer sua formação lingüística significava dizer de sua cultura, explicar suas vivências e significar sua identidade como povo. Assim como o latim², fonte das línguas românicas, e outras línguas têm suas filiações, a língua portuguesa pode ser caracterizada e narrada no processo mesmo de constituição de uma língua própria.

A língua popular utilizada pelos Romanos, representante da língua comum, “caracterizada por pronuncia menos cuidada, emprego de numerosas expressões evitadas pelos escritores, e certas frases e modos de dizer” (SILVA NETO, 1952, p.107), da qual provêm os dialetos³, carregava em si a possibilidade de produção de novas línguas que se estruturaram através do tempo e da história da oralidade e dos povos. As línguas românicas desenvolveram-se da língua coletiva, expressa, falada, compreendida e cotidianamente praticada.

É evidente que antes da constituição do registro lingüístico, dos textos e caracteres escritos e formalizados, havia uma dinâmica em termos de práticas cotidianas

² Serafim da Silva Neto, na obra *História da Língua Portuguesa*, nos lembra que “nunca se abandonou o estudo da língua latina. (...) mesmo nos períodos mais difíceis da Idade Média, com as incertezas e os temores das guerras e convulsões sociais, sempre se ouviu a língua de Cícero”. O autor indica que no século XV os estudos latinos estavam em pleno vigor, que se vivia em *signo de latim* e que “no século XVI era enorme o desenvolvimento dos estudos latinos. O latim erguera-se à categoria de língua da ciência, uma espécie, portanto, de língua franca entre os eruditos de várias nacionalidades” (1952, p.445).

³ Ismael de Lima Coutinho afirmou que “quanto ao uso, classificam-se as línguas em vivas, mortas e extintas. Vivas, as que estão servindo de instrumento diário de comunicação entre os indivíduos de uma nação, como o *português*, o *francês*, etc. Mortas, as que já não são faladas, mas deixaram documentos escritos, como o *latim* e o *grego* literários. Extintas, as que desapareceram, sem deixar memória documental, como o *indo-europeu*. Dialeto é a modificação regional de uma língua”. E citando Marouzeau sustenta que “um dialeto se define por um conjunto de particularidades tais que o seu agrupamento dá a impressão dum falar distinto dos falares vizinhos, a despeito do parentesco que os une” (1976, p.27).

que envolviam a língua: as línguas vão se moldando na própria oralidade, na comunicação e expressão das (nas) relações. O latim escrito foi considerado e mantido como língua de cultura e a língua falada tomou nuances diversas, sofrendo transformações que resultaram das preferências e opções que cada grupo realizou. Logo, mesmo havendo uma padronização, um latim clássico - escrito, havia diversos discursos e expressões que se encontravam para além de conceitualizações formais, explícitos nos contatos sociais.

Há, desde logo, que levar em conta uma oposição capital: as de língua escrita e língua falada. Enquanto esta é apenas transmitida oralmente, aquela pressupõe aquisição variavelmente longa e contacto com a escola. Por isso, enquanto a língua escrita apresenta um carácter individual, pessoal, a língua falada é propriedade colectiva. / O latim escrito consiste, no fundo, numa série de estilizações, numa série de gostos pessoais e interpretações estéticas: por isso, para uns, o verdadeiro latim é o de Cícero; para outros, é o de César (SILVA NETO, 1952, p.109).

Nesse sentido, a língua como instrumento de simbolização do homem no mundo, abarca diferenças e seus conflitos, desdobramentos e deslumbramentos se dão pela aliança que as diversas formas de expressão e comunicação mantêm entre si. Em outras palavras, é necessário para o homem, ser de contacto, aliar seus costumes, suas tradições, seus falares e suas formas e modelos. O pólo essencial são as relações entre a língua falada e a língua escrita, as permanências e alternâncias⁴: as raízes lingüísticas, as línguas faladas, seus sons e usos assim como suas semelhanças e ocorrências soam como marcas no mundo. Na estruturação da língua o contacto é fator essencial na medida em que nele estão presentes as interações e modificações dos povos e da linguagem.

A formação da língua portuguesa, resultante de desdobramentos da língua latina, se estabeleceu em Portugal por uma seqüência de contatos, relações e ações:

o português era escrito, a partir do século XIII, sem que as pessoas o estudassem para escrevê-lo. Escreviam como ouviam e,

⁴ Serafim Silva Neto (1952) fez uma bela análise da língua corrente (falada) e da língua gramatical (literária-clássica), especificando cada caractere da língua latina nas duas facetas.

certamente, dentro de certas tradições de escrita conhecidas pelos ‘profissionais da escrita’ e próprias aos *scriptoria* monásticos e seculares do Portugal medieval. É do conhecimento geral que, até finais do século XV, não existiam ou não sobreviveram produções metalingüísticas sobre o português (MATTOS e SILVA, 2002a, p.35).

A constituição histórica e cultural de Portugal e a estruturação de sua identidade lingüística estão imbricadas entre fatos e feitos próprios da convivência social. A língua proposta e elaborada por gramáticos e teóricos está fundamentada na padronização da língua e letras que dizem de uma língua política. A linguagem e as codificações para língua materna foram tecidas sobre duas empreitadas: a linguagem associada ao meio social/cultural e ao povo e a linguagem desprendida dos mestres de ensino das primeiras letras.

Os livros religiosos eram de grande procura e de fácil vendagem e muitas *Cartinhas* e *Cartilhas*, “tipo de livrinho, impresso aos milhares, que servia ao ensino dos rudimentos da Doutrina e ao ensino das primeiras letras” (ROSA, 2002, p.143) passaram a serem produzidas “pela necessidade da colonização do império ultramarino que se estabelecia na África e na Ásia” (MATTOS e SILVA, 2002b, p.33) e também para iniciar os povos, português e os achados, nas primeiras letras. A inserção no conhecimento começou a ganhar vida não somente pela experiência, mas pelas letras.

Em Portugal dos Quinhentos e no período manuelino (1495-1521), a imprensa compareceu como um instrumento para a construção do império e a linguagem ganhou maior expressão e força política. Os livros impregnados por preceitos religiosos e nacionalistas inserem-se na universalização da cultura. Assim, a *arte da imprimissão* prestou serviço à língua pátria e seu ensino, pois “sem dúvida, a implementação da imprensa em Portugal, a partir da penúltima década do século XV e o uso do papel, em substituição ao pergaminho, tornaram a produção escrita menos rara e menos cara, diferente do que ocorre nos séculos anteriores” (MATTOS e SILVA, 2002b, p.33).

Com D. João II, ativo incentivador da instrução em Portugal, iniciou-se, no território português, os livros didáticos bilíngües que tinham como finalidade a aprendizagem das línguas vivas. Com a ação portuguesa da imprensa

a atividade nacionalista e missionária tinham resultado vários dialetos portugueses que seguindo a orla marítima da península caminhavam ao longo da Costa do Malabar e se alastravam e cantavam de boca em boca e de alma em alma pela Índia fora. / A língua portuguesa, na sua marcha espiritual, dobra o Sul por entre os pescadores de pérolas e espraia-se até Ceilão. Naturalizada pelos Índios, caminha para o Oriente pela Costa de Coromandel. Navega ao longo dos mares. Aproa a Malaca. Passa de boca em boca. E tão saboroso encanto ganha música da língua portuguesa em ouvidos e bocas de malaios, que ali perdura ainda um crioulo português, o *Pappyá Kiristan* como florescência exótica da linguagem lusitana dos Descobrimentos (CORTEZ PINTO, 1948, p.85).

A crença de que a melhor forma para a propagação e fixação do espírito de uma nação é o ensino da língua, estava presente desde D. Manuel intelectual da Renascença com alto espírito nacionalista, entendia a língua como um instrumento eficaz para a atividade colonizadora. Antes de haver imprensa em algumas capitais da Europa, em torno de 1515, o rei D. Manuel enviou de presente ao Negus, uma tipografia e uma biblioteca contendo cerca de 2.500 volumes, dentre eles, 2.000 cartilhas e catecismos.

As *Cartinhas* cumpriam o papel de ensinar as letras e a leitura, propagando a língua portuguesa e os valores da cultura. No Oriente, as *Cartinhas* permitiam a eternidade de Portugal, introduzindo a alma portuguesa e a doutrina cristã entre os povos. No início do século XVI, imprimiam-se milhares de *Cartinhas* em língua portuguesa

para ensinar os meninos a ler, em vez do texto dos autores clássicos, latinos e gregos. A campanha expansionista exigiu em primeira instância uma boa funcionalização da língua vulgar. Quando o latim humanista chegou, já a língua portuguesa gerava crioulos na África (VERDELHO, 1995, p.58).

Entre os livros com destino Além-Mar, as *Cartinhas* e *Cartilhas* foram os mais freqüentes, a serviço da Fé e do Império:

como o Livro de Oiro iniciático, dando o melhor sinal do nosso humanismo civilizador./ Contêm as *Cartinhas* os rudimentos da leitura e os rudimentos da Fé. Ainda se não criara o mito abstracto duma civilização da inteligência independente da civilização da alma. Catequizava-se a inteligência e o coração para Portugal, e a alma para Deus (CORTEZ PINTO, 1948, p.299).

As *Cartinhas* possibilitavam o intercâmbio entre as metrópoles e as colônias recém-descobertos e com D. Manuel, o prelo e a organização do império se desenvolveram: “a figura deste Rei nos impõe como o maior propagandista do livro do seu tempo. Dir-se-ia que o Afortunado teve logo de início a compreensão nítida e larga de que a língua era a melhor maneira de captar as almas e realizar a absorção dos povos” (CORTEZ PINTO, 1948, p.241). Partindo de tais pressupostos, livros foram remessados a Ultramar e pela quantidade de *Cartinhas* enviadas, fica evidente que os livros de doutrinas não eram destinados àqueles que ainda não sabiam ler. No século XVI, a publicação de *Cartinhas* apareceu intensificada a partir de 1534 apesar de já existirem por volta de 1513⁵. A difusão das *Cartinhas* aponta o caráter didático da imprensa, ou seja, o seu sentido pedagógico em auxiliar ao ensino das primeiras letras assim como, na circulação e registro da língua falada, o português.

O desejo e o ato de expansão da língua simbolizaram o desejo do português de comungar novas almas e achar novas terras. A tipografia auxiliou a ação dos portugueses e inspirou novas formas de escrita, possibilitando o acesso a qualquer pessoa que tivesse interesse pelos impressos. Novos estilos foram inventados e os escritos não se restringiram somente ao latim. Com o nascimento da imprensa, o conhecimento das letras, o registro da história, dos sentimentos, das observações e dos costumes foi experimentado: o que antes se experimentava essencialmente pela oralidade pôde ser vislumbrado no desenrolar de tipos e páginas. A língua portuguesa se

⁵ A primeira cartinha impressa foi *A B C* de D. Diogo de Ortiz Vilhegas, Bispo de Ceuta e Primaz da África que fez a Cartinha para ensinar a ler os Indígenas do seu Primado.

fixou e alastrou-se: “ganhou também um perfume de aventura” (ALBUQUERQUE, Mario, Apud, CORTEZ PINTO, 1948, p.391).

Dessa maneira, é inquestionável a relevância das letras em Portugal do século XVI à medida que compareceu como instrumento de educação e de formação da identidade nacional. O português, como língua, encontrava-se a serviço da fé e do Império e o português, como povo, ao mesmo tempo fortalecia sua nação e expandia seus costumes, valor e fé aos povos das colônias.

Os *achamentos* e a arte da *imprimissão*, associados à *notação* do português, realizada por Fernão de Oliveira compõe o cenário de Portugal do século XVI, explicitando a complexidade e a diversidade estruturante do período da Renascença.

Todo o projeto de emancipação da Europa ao mundo contou com instrumentos e estratégias desenvolvidas através do mar, da arte, do livro impresso e da utilização desses elementos como mecanismos de constituição da nação. O desejo de abertura e expansão territorial desembocou no alargamento do pensar e do ser português, uma vez que o homem português desejou e trabalhou para perpetuar seus traços nas mais diferentes regiões e entre os diferentes povos.

A máxima aceita e difundida entre os portugueses fixava-se em ensinar seus costumes e assim, possibilitar a aproximação e as semelhanças entre os povos achados e os moldes do português. Ensinar a outros povos, mais do que civilizar significava instaurar um elo entre ‘as gentes’ e demarcar o modo de ser do português, consolidando assim a identidade da nação.

A Gramática de 1536: as normas e a cultura quinhentista

No século XVI, com a fixação da imprensa, embora os manuscritos ainda circulassem, houve ampla divulgação da produção de textos, produções clássicas reapareceram, escritos atuais floresceram, facilitando a elaboração de estudos e teorias das mais diversas ordens, culminado numa certa democratização da cultura. Aos poucos, a cultura letrada experimentou a laicização; o português começou a ocupar lugar de prestígio como língua; e a escrita em vernáculo passou a ter mais receptores.

Diante desse cenário, começaram a surgir registros, investigações e reflexões sobre o português, desencadeando a abertura da história lingüística e a normalização da língua. O texto escrito e a oralidade mantiveram-se em relação e aos poucos, no decorrer do século XVI, foram tomando caminhos próprios, ou seja, a escrita começou a fixar regras e formas para a utilização da língua enquanto a oralidade continuou a se formar por uma diversidade de vozes e moldes. Nesse sentido, antes da normalização da língua portuguesa, o português já era escrito (por volta do século XIII), ou seja, a língua portuguesa escrita aparecia como um registro da língua falada e ouvida para só depois, ser articulada e estruturada em linhas gramaticais.

As gramáticas portuguesas, incluindo a obra 'ensaística' de Fernão de Oliveira (1536), a de João de Barros (1539-40), a de Gândavo (1574) e a de Nunes de Lião, entre 1595 e 1606, situam-se, por conseguinte, no eixo sincrônico das italianas, castelhanas e francesas. Elas inserem-se, por conseguinte, no colóquio europeu do renascimento, e contribuem para que a paisagem cultural da Europa, vista no seu conjunto, se apresente como uma grande unidade orgânica e integrada (BUESCU, 1981, p.26).

A língua teve um lugar de grande importância à medida que compareceu como instrumento de difusão de cultura e de educação. Entendendo educação como toda aprendizagem e todo ensinamento acolhido e desenvolvido pelas relações e, portanto como um exercício de vivência, é possível afirmar que cultura, educação e língua coexiste na organização da sociedade. Essa coexistência deixou sua presença no registro

metalingüístico de 1536, *A Gramática da Lingoagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira, resultante das questões culturais e históricas que propiciaram a elaboração da obra.

A primeira anotação feita sobre a língua portuguesa e escrita em português demonstra o *modus vivendi* do povo português quinhentista, fixando a importância da identidade e das peculiaridades, marcas que diferenciam os povos uns dos outros. A *Gramática* além de fazer memória do que estava acontecendo na língua e nas relações em Portugal dos Quinhentos, saiu dos prelos no momento em que o projeto político de expansão territorial, comercial e de construção da nacionalidade estava em plena efervescência.

Especificamente na *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, 1536, de Fernão de Oliveira, a voz comparece no texto escrito: o autor enfoca a oralidade e os aspectos fonéticos da língua, demonstrando a identidade e as particularidades do povo pela estrutura melódica do falar. A partir dessa obra de cunho inaugural dos estudos gramaticais sobre o português, outras reflexões e outros escritos foram desenvolvidos com o intuito de se pensar e fixar a língua portuguesa, já entendida como elemento de identidade nacional.

(...) nisto consiste o saber ler, e mais que saber ler. E é verdade que, se não tivermos certa lei no pronunciar das letras, não pode haver certeza de preceitos nem arte na língua, e cada dia acharemos nela mudança, não somente no som da melodia, mas também nos significados das vozes, porque só mudar uma letra, um acento ou som, e mudar uma de vogal grande ou pequena ou de pequena a grande, e assim também de uma consoante dobrada em singela ou, ao contrário, de singela dobrada, faz ou desfaz muito no significado da língua (OLIVEIRA, 1975 [1536], p. 52).

Em meio ao cenário de consolidação nacional, o primeiro registro gramatical da língua materna apresenta-se como uma descrição cuidadosa do modo de ser português. E a elaboração que Fernão de Oliveira fez demonstra a língua como expressão da educação: a língua é instrumento para educar!

A codificação e, logo, a fixação duma língua dignificada pelo uso e pela gramaticalização, visava, pois, a nosso ver, um objectivo mais lato, isto é, a ‘transmissão’ da língua como instrumento e veículo cultural (BUESCU, 1978, p.44).

Através da língua, constroem-se identidades e consciências e o projeto de particularizar a língua portuguesa em relação à língua latina estava associado ao próprio reconhecimento do português como povo e como língua. O registro da língua e a construção das reflexões teóricas encontravam-se associados às questões vivenciadas em Portugal no século XVI: no âmago dos *achamentos* e das *imprimissões*, o trabalho descritivo de Fernão de Oliveira trouxe uma proposta de aprendizagem da língua com o objetivo de difundir sua compreensão e sua utilização para que fosse possível ensinar a “muitas gentes”.

É justamente a partir do registro e dos primeiros ensaios sobre a linguagem portuguesa, depreendido pelo autor que as normas e o rigor da língua foram articulados. Apesar de sua *Gramática* não ter um caráter normativo, Fernão de Oliveira apontou a necessidade de normalização da língua para a formação da identidade e transmissão do modo português de falar e pensar.

Sua preocupação acentuada na fonética demonstrou a relevância da fala e da comunicação para a constituição da identidade: a notação de 1536 é um ensaio sobre a língua, a cultura e a educação do homem português quinhentista. Através das letras, o autor apresenta uma larga definição do costume e do entendimento: a língua é abordada como um sistema de possibilidades e estabelecendo semelhanças entre os povos e as línguas, Fernão de Oliveira apresenta a cultura portuguesa do século XVI como uma cultura da analogia.

Pelo viés das teorias sobre a natureza das línguas e da linguagem - “característica da alma racional”; das apresentações sobre a mudança lingüística e às variações da língua histórica, Fernão de Oliveira fez uma *defensão* da língua associada

ao desenvolvimento cultural. A língua é constituída historicamente e sua articulação diz respeito aos costumes e às normas sociais. A função elementar da língua é ser expressão do pensamento e meio de comunicação e como instrumento de educação deve ser clara de maneira que todos possam entendê-la e ter acesso à aprendizagem e ao conhecimento.

Assim, a *Gramática* apresenta as semelhanças e diferenças entre línguas, povos e vozes demonstrando que através das semelhanças entre as línguas, os povos e os conhecimentos, as diferenças comparecem e ao serem incorporadas, transformam-se em identidades. Fernão de Oliveira questionou o que é próprio do português, explicitando referências a povos anteriores: “Perguntarei: então, que nos fica a nós? Ou se temos de nosso alguma coisa? E os nossos homens, pois são mais antigos que os Latinos, porque também não ensinariam? Porque seriam em tudo e sempre ensinados?” (OLIVEIRA, 1975[1536], p.84).

As questões levantadas ultrapassam o tema da língua fazendo eco na experiência e na história do homem português logo, a questão nacional foi colocada através de uma inquietação lingüística. Questionar sobre o que fica aos portugueses e o que estes têm de peculiar, excede o campo da linguagem para um contexto nacional, fazendo aflorar as vicissitudes da relação com o outro, sua permanência e dilaceramentos (MARIGUELA, 2007, p.51).

Fernão de Oliveira fez-se um educador à medida que através das diferenças anotou, analisou, desenvolveu e vivenciou a identidade. O gramático está entre os autores renascentistas portugueses que ligados à vida prática, enalteceram e fixaram o sentimento pátrio. Através do uso da língua materna, os homens se comunicavam e se constituíam, através da reflexão sobre a língua, autores elaboravam teorias. Na questão da língua, idéias, ideais e valores comparecem na educação, sendo este elemento constitutivo da cultura e da língua, uma vez que através das semelhanças e diferenças, consolida a cultura da analogia, refletindo assim a maneira de conhecer em seu tempo.

No solo epistêmico das semelhanças, a escrita gramatical de 1536 debruçou-se sobre a melodia e a identidade da língua, no caso, a portuguesa, possibilitando a partir de sua *notação* uma abertura para a reflexão lingüística.

A notação em algumas coisas do falar português na qual ou nas quais eu não presumo ensinar aos que mais sabem, mas notarei o seu bom costume para que outros muitos aprendam e saibam quanto prima é a natureza dos nossos homens porque ela por sua vontade busca e tem de seu a perfeição da arte que outras nações adquirem com muito trabalho e nestas coisas se acabará esta primeira anotação em dizer não tudo, mas apontar algumas partes necessárias da ortografia, acento, etimologia e analogia de nossa linguagem em comum e particularizado nada de cada dicção, porque isto ficará para outro tempo e obra. E, porém, agora primeiro diremos que coisa é linguagem e da nossa, como é principal entre muitas (OLIVEIRA, 1975[1536], p.38).

Entre linguagens e a *nossa* linguagem, a obra gramatical de Fernão não somente registrou formas e conteúdos da língua e dos falares portugueses como deixou marcas documentais para a análise da sociedade portuguesa de quinhentos. Através do registro e do exercício da língua, o primeiro gramático fez - e se fez - memória. Ao estabelecer a *Gramática* como uma primeira anotação⁶ da linguagem portuguesa, o autor alude ao português dos quinhentos: o português como povo, o português como língua. Os 50 capítulos da escrita gramatical de Fernão estruturam a obra como “um conjunto de ensaios sobre a linguagem e a cultura portuguesa” (DOMINGOS, 2000, p.16). A *Gramática* não se esgota nem se encerra numa tentativa de sistematização precisa e acabada, mas ultrapassa a rigidez da norma para um enlace entre dos moldes e modos de linguagem, de dizeres e construções lingüísticas e culturais desse novo jeito de ser português, de dizer-se português em língua materna, nessa língua tão familiar e tão estranha.

⁶ Considerando a ênfase que Fernão de Oliveira deu à questão da anotação, inclusive afirmando que sua obra é uma “primeira anotação” pode-se verificar que o título de *Gramática* não foi instituído no sentido restrito do termo, ou seja, como correspondente de uma sistematização e ordenação. O título reflete a posição medieval de denominar de gramática às obras que abordam aspectos e conteúdos sobre a língua. Américo Cortez Pinto (1948), Amadeu Torres e Carlos Assunção (2000) apresentam a hipótese da escolha do título ‘*Gramática*’ ter sido feita pelo editor Germão Galharde para maior difusão e aceitação da obra.

Referências Bibliográficas

- ARTHUR, N.C. **Noção de espaço em *As Palavras e as Coisas*, de Michel Foucault.** Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. **Gramáticos portugueses do século XVI.** Portugal: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.
- _____. **Babel ou A ruptura do signo: a gramática e os gramáticos portugueses do século XVI.** Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1981.
- COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de Gramática Histórica.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.
- CORTEZ PINTO, Américo. **Da Famosa Arte da Imprimissão: da imprensa em Portugal às cruzadas d'além-mar.** Lisboa: Ulisseia Limitada, 1948.
- DOMINGOS, Tânia Regina Eduardo. **Pronomes de tratamento do português do século XVI: uma gramática de uso.** São Paulo: Annablume; Rondônia: Unir, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, Freud & Marx. In: **Ditos & Escritos II – Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 40-55.
- MARIGUELA, Adriana D.B. A Grammatica da Lingoagem Portuguesa de Fernão de Oliveira: marcas de linguagem nas teias da tradição e da ruptura. In: VVAA. **Linguagens : Tradição e Ruptura.** Revista da ANPOLL/Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística. Brasília, 2007, p.33-60.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virginia. Notas sobre avaliações lingüísticas nos gramáticos Fernão de Oliveira e João de Barros. In: MATTOS e SILVA, MACHADO FILHO (orgs). **O Português Quinhentista: estudos lingüísticos.** Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFPS, 2002, p.-30-60.
- _____. Reconfigurações socioculturais e lingüísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico. In: MATTOS e SILVA, MACHADO FILHO (orgs). **O Português Quinhentista: estudos lingüísticos.** Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFPS, 2002, p.27-42.
- OLIVEIRA, Fernão de. **A Gramática da Linguagem Portuguesa.** Introdução, leitura atualizada e notas de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1975.
- SILVA NETO, Serafim da. **História da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.
- TORRES, Amadeu & ASSUNÇÃO, Carlos. Abordagem pontual e situacional. In: OLIVEIRA, Fernão. **A Gramática da Linguagem Portuguesa.** Edição crítica, semidiplomática e anastática. Organização de Amadeus Torres e Carlos Assunção, com estudo introdutório de Eugenio Coseriu. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 2000, p.5-26.
- ROSA, Maria Carlota. Uma Arte Pera Aprender a Leer Quinhentista. In: MASSINI-CAGLIARI (org) et.al. **Descrição do Português: lingüística histórica e historiografia lingüística.** Araraquara: UNESP, FCL; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2002, p.141-158.
- VERDELHO, Telmo. Gramaticografia do renascimento. In: **As Origens da Gramaticografia e da Lexicografia Latino-Portuguesas.** Avieiro: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1995, p.55-88.
- WEEDWOOD, Bárbara. **História Concisa da Lingüística.** Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

